



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NID/DREX/SR/PF/RJ

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 19050475/2021-NID/DREX/SR/PF/RJ

Processo nº 08455.022251/2021-41

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de capela de vaporização de cianoacrilato para revelação de impressões digitais para atender as demandas apresentadas pelas unidades da Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio de Janeiro e de suas Delegacias Descentralizadas, conforme quantidades e especificações definidas na tabela abaixo:

1.2.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Capela ou Câmara de vaporização de cianoacrilato (190 litros)	unidade	02	R\$ 328.000,00	R\$ 656.000,00
2	Capela ou Câmara de vaporização de cianoacrilato (280 litros)	unidade	02	R\$ 340.000,00	R\$ 680.000,00

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da assinatura do contrato, sendo não prorrogável.

1.4. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

1.4.1. Órgão Gerenciador: SR/PF/RJ - UASG 200356

1.4.2. Endereço de entrega: Avenida Rodrigues Alves, 01 - Centro/RJ - CEP 20081-250

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Capela ou Câmara de vaporização de cianoacrilato (190 litros)	unidade	01	R\$ 328.000,00	R\$ 328.000,00
2	Capela ou Câmara de vaporização de cianoacrilato (280 litros)	unidade	01	R\$ 340.000,00	R\$ 340.000,00

1.4.3. Órgãos Participantes:

1.4.3.1. SR/PF/AM - UASG 200382

1.4.3.2. Endereço de entrega: Av. Domingos Jorge Velho, 40 - Dom Pedro, Manaus - AM - CEP 69042-470

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Capela ou Câmara de vaporização de cianoacrilato (190 litros)	unidade	01	R\$ 328.000,00	R\$ 328.000,00

1.4.3.3. SR/PF/SP - UASG 200360

1.4.3.4. Endereço de entrega: R. Hugo D'Antola, 95 - Água Branca, São Paulo - SP - CEP 05038-090

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
2	Capela ou Câmara de vaporização de cianoacrilato (280 litros)	unidade	01	R\$ 340.000,00	R\$ 340.000,00

1.5. Especificações mínimas dos equipamentos:

Item 1 – Capela ou Câmara de Vaporização de Cianoacrilato de 190 litros com as seguintes características:

- Gabinete capaz de prover o tratamento em ambiente isolado do laboratório, complementado com filtro de carvão ativado de auto-limpeza;
- Janelas de vidro de segurança ao redor e na parte superior; □ Iluminação LED montada no teto e na lateral;
- Displays: - temperatura de aquecimento da cola, umidade e status do ciclo. Circulação interna de ar, ventilação assistida, temperatura uniforme e umidade.
- Modos de operação: manual e automático.
- Nível de umidade: variável de 60 a 90% UR com precisão melhor de +/- 5%UR na faixa de temperatura de 15 a 25°C.
- Temperatura de evaporação do Cianoacrilato: Temperatura dupla 120 °C (para supercola padrão) e até 230°C (para Policiano).
- Exposição da fumaça de Cianoacrilato (modo automático): programável de 3 a 90 minutos, com padrão de 15 minutos ajustado.
- Limpeza da fumaça de cianoacrilato: 10 minutos com filtro de carvão ativado, com três filtros fornecidos (um instalado e dois de reserva). Mínimo de 150 ciclos de limpeza por filtro.
- Concentração de resíduo interno de fumaça (após 10 minutos de limpeza): Menor que 0.3ppm (O padrão de exposição ocupacional para cianoacrilato de etilo);
- Prateleiras: O gabinete deve ter uma base rígida com trilho e prateleira para suspender ou suportar objetos conforme necessário;
- Conformidade: Compatibilidade CE & RoHS;
- Sensor de gás e alarmes visual e sonoro;
- Lâmpadas a prova de vapores de cianoacrilato;
- Trilhas e prateleiras modulares capazes de serem reorganizadas em várias

- posições, conforme necessidade.
- Folha de dados e informações de saúde e segurança.
- Unidade de alimentação universal: Entrada 100 ou 230V;
- Dimensões Externas máximas: Altura 780mm, largura 615mm, profundidade 628mm.
- Dimensões Internas mínimas: Altura 710mm, largura 550mm e profundidade 550mm.
- Dimensões da Porta mínimas: Altura 670mm e largura 377mm.
- Volume: 190 litros.

Item 2 – Capela ou Câmara de Vaporização de Cianocrilato de 280 litros com as seguintes características:

- Iluminação LED montada no teto e na lateral, para aprimorar a visibilidade e contraste das impressões;
- Displays: - temperatura de aquecimento da cola, umidade e status do ciclo Circulação interna de ar, ventilação assistida, temperatura uniforme e umidade;
- Modos de operação: manual e automático;
- Nível de umidade: variável de 60 a 90% UR com precisão melhor de +/- 5%UR na faixa de temperatura de 15 a 25°C;
- Temperatura de evaporação do Cianocrilato: Temperatura dupla 120 ° C (para supercola padrão) e até 230°C (para Policiano);
- Exposição da fumaça de Cianocrilato (modo automático): programável de 3 a 90 minutos, com padrão de 15 minutos ajustado;
- Limpeza da fumaça de cianoacrilato: 10 minutos com filtro de carvão ativado. Mínimo de 150 ciclos de limpeza por filtro;
- Concentração de resíduo interno de fumaça (após 10 minutos de limpeza): Menor que 0,3ppm (O padrão de exposição ocupacional para cianoacrilato de etilo);
- Prateleiras: O gabinete tem uma base rígida com trilho e prateleira para suspender ou suportar objetos conforme necessário;
- Conformidade: Compatibilidade CE & RoHS;
- Folha de dados e informações de saúde e segurança;
- Pacote com 100 suportes metálicos, base com diâmetro de 50mm;
- Unidade de alimentação universal: Entrada 100 ou 230V;
- Dimensões Externas máximas: Altura 1080mm, largura 615mm, profundidade 628mm;
- Dimensões Internas mínimas: Altura 1010mm, largura 550mm e profundidade 550mm;
- Dimensões da Porta mínimas: Altura 670mm e largura 377mm;
- Volume: 280 litros.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente processo tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição dos dispositivos de **Capela ou Câmara de Vaporização de Cianocrilato**, para revelação de impressões digitais para o Laboratório de Perícias Papiloscópicas da Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro.

2.2. A aquisição proposta neste documento vai ao encontro da necessidade iminente de adequar a capacidade estrutural do setor de equipar-se tecnologicamente a fim de expandir o escopo de atuação da Papiloscopia Forense na Polícia Federal, agindo em sintonia com o Planejamento Estratégico do Departamento.

2.3. A Perícia Papiloscópica tem como elementos-chave as impressões digitais, as quais representam uma das formas mais importantes de evidência física presente em investigações criminais e mais comumente usadas na área forense em todo o mundo. Exames de impressões digitais normalmente igualam ou superam todos os demais estudos de casos em ciências forenses, com cerca de dez vezes mais casos resolvidos em comparação com exames de DNA1-3.

2.4. Dentre as técnicas mais utilizadas no desenvolvimento de impressões digitais, está a vaporização de cianoacrilato, que se caracteriza pela volatilização de monômeros de ésteres de cianoacrilato até a deposição química de um polímero nos resíduos de impressões digitais presentes em materiais periciados. A versatilidade e a alta eficácia da técnica fazem dela a primeira escolha para análise de materiais não porosos, sendo aplicada como referência nos principais órgãos periciais do mundo, como: Federal Bureau of Investigation - Laboratory Division; Criminal Identification Division of the Japanese National Police Agency; Royal Canadian Mounted Police; United Kingdom Police Forces; bem como nos principais órgãos reguladores em ciências forenses como: European Network of Forensic Science Institutes (ENFSI); National Institute for Standards and Technology (NIST); The Home Office Centre for Applied Science and Technology (CAST) 4,5.

2.5. Dentre os riscos toxicológicos descritos na Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ) do cianoacrilato encontram-se: capacidade de causar queimadura; irritação na pele e olhos, reatividade alta com água e com umidade, adesão instantânea da pele e pálpebras, causando irritação nos olhos e mucosas; efeito lacrimogêneo; efeitos crônicos em pessoas sensíveis. É considerado um produto inflamável, reativo e que pode provocar riscos à saúde 6,7.

2.6. Os riscos toxicológicos acima relatados coadunam-se com a Portaria nº 3.214, do Ministério do Trabalho do Brasil, de 1978 e sua Norma Regulamentadora nº5 (NR-5) que consolida a legislação trabalhista relativa à segurança e medicina do trabalho e classificam os riscos no ambiente laboral em cinco tipos: riscos físicos, riscos químicos, riscos biológicos, riscos ergonômicos e riscos de acidentes.

2.7. Destaca-se que a segurança ocupacional é fundamental para o desenvolvimento adequado do trabalho, considerando-se que existem inúmeros convênios e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificadas pelas Portarias do Ministério do Trabalho, denominadas Normas Regulamentadoras (NRs), além da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visando à minimização dos riscos ocupacionais e dos agravos à saúde ocasionados por acidentes e doenças profissionais e do trabalho e buscando-se, acima de tudo, um ambiente de trabalho seguro.

2.8. Nesse sentido, o presente termo de referência propõe a aquisição de capela de vaporização de cianoacrilato, a fim de adequação das técnicas aplicáveis no ambiente laboratorial da Perícia Papiloscópica para revelação de impressões digitais.

2.9. O Laboratório de Perícias Papiloscópicas está centralizado na Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro/RJ, junto ao Núcleo de Identificação, e atende as demandas oriundas das Delegacias de Polícia Federal do Estado além das delegacias especializadas, da própria Superintendência.

2.10. A modernização de equipamentos e práticas adotadas pelos Papiloscopistas Policiais Federais na produção de provas para o Inquérito Policial está inserida no contexto de Políticas Corporativas do Departamento de Polícia Federal, válido para o período entre 2012-2022, e publicado no BS nº 93 de 19 de maio de 2014, no seu item 7.7. Fomento do ensino, pesquisa e ciência.

2.11. O equipamento descrito encontra-se elencado no Plano de Compras e Investimentos 2022, conforme SEI 08455.003960/2021-28 – Planilha de compras (17904198) – ofício SELOG/SR/PF/RJ (16639282).

2.12. O investimento em técnicas, equipamentos e capacitação, auxilia de maneira decisiva para o processo investigativo, contribuindo para a redução da impunidade associada a diversas ações ilícitas, que somente poderão ser evidenciadas e confirmadas em procedimentos criminais, através da utilização de técnicas cientificamente embasadas e conectadas com o que há de mais moderno, eficiente e efetivo no mercado mundial passíveis de serem utilizadas pela Perícia Papiloscópica.

2.13. Aplicar corretamente recursos públicos em ações voltadas para a elucidação de toda uma sorte de situações ilícitas, muitas vezes desconhecidas dos órgãos de segurança pública por falta de ferramentas periciais, contribuirá para o fortalecimento do sistema público de segurança na sua totalidade.

2.14. A adoção dessa modalidade de Sistema de Registro de Preço justifica-se pelo inciso III do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, pois, conforme consta no item 1.3 do presente termo, a futura aquisição de capela de vaporização de cianoacrilato para revelação de impressões digitais, deverá atender a mais de um órgão ou entidade.

2.15. Referências: 1. Cadd, S., Islam, M., Manson, P. & Bleay, S. Fingerprint composition and aging : A literature review. Sci. Justice 55, 219–238 (2015). 2. Adebsi, S. Fingerprint Studies - The Recent Challenges And Advancements : A Literary View. Internet J. Biol. Anthropol. 2, 1–9 (2008). 3. Gardner, T., Anderson & T. Criminal Evidence: Principles and Cases. (2009) 4. Timothy A. Trozzi, Rebecca L. Schwartz, Mitchell L. Hollars. Processing Guide for Developing Latent Prints Processing Guide for Developing Latent Prints. U.S. Dep. Justice Fed. Bur. Invest. Lab. Div. 70 (2000). 5. Bumrah, G. S. Cyanoacrylate

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. A escolha e a especificação dos itens levou em consideração os critérios de sustentabilidade, em especial, aqueles listados nos incisos I, III e V do Artigo 4º do Decreto nº 7.746/2012,

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 180 dias, contados da emissão da nota de empenho, no Núcleo de Identificação (NID), de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos, conforme os endereços dos órgãos gerenciador e participantes no item 1.4.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/ou outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta

corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$\frac{(6 / 100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	-------------------------	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por se tratar de certame licitatório de baixa complexidade e pequeno vulto.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Em vista de ser equipamento de grande custo e de vital importância dentro do processo de revelação de impressões latentes.

15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

15.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de

responsabilidade da Contratada.

15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

16.2.2. multa moratória de 0,33 % (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

16.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão comprovar o fornecimento de pelo menos uma unidade do objeto a ser adquirido, com atesto de plena capacidade técnica do produto pela entidade pública ou privada.

17.4. Tal atestado deverá ser de Capela ou Câmara de vaporização de cianoacrilato de, no mínimo, 190 litros.

17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação consta na tabela 1.2 deste instrumento.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

JOSÉ RAUL MORAES

Mat. 13.064

Papiloscopista Policial Federal

NID/SR/PF/RJ



Documento assinado eletronicamente por **JOSE RAUL DE MORAES, Papiloscopista Policial Federal**, em 15/03/2022, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22240084** e o código CRC **99DAE3A4**.